



Anais da Assembleia

Nº 79

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1.981

ANO VI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 74.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1.981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Airton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

-- O Parágrafo Único. do Art. 74, da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 74...

I -- ...

II -- ...

III -- ...

Parágrafo único -- No caso do item III o prazo é reduzido:

a) a trinta anos para as mulheres;

b) a trinta anos, para o professor, e a vinte e cinco anos, para a Professora, que nesse tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

-- O inciso I, do Art. 75, da Constituição do Estado do Paraná será acrescido da letra c:

"Art. 75 ...

a) ...

b) ...

c) contar trinta anos, se o professor, e vinte e cinco anos, se professora, observado o que dispõe a letra b do parágrafo único do artigo anterior.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Airton Cordeiro

APOIAMENTO:

Erondy Silvério, Mário Celso, José Tavares, Waldyr Pugliesi, Lázaro Dumont, João Mansur, Edilson Alencar, Nilso Sguarezi, Gernote Kirinus, Deni Schwartz, Nelson Friedrich, Darcy Deitos, Antônio Facci, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, José Domingos, Tércio Albuquerque, Palácios, Gabriel Sampaio, Lineu Turra, e Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

A aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que assegura aposentadoria ao professor aos trinta, e à professora aos vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções do magistério, com vencimentos integrais, exige a adaptação da Constituição do Estado do Paraná ao novo preceito da Lei Maior. É o que fazemos, para permitir a mais rápida aplicação dos justos benefícios legais à classe dos professores, merecedora das nossas homenagens pelo relevante papel que desempenha na sociedade paranaense.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na condição de Líder do Partido Democrático Social e do Governo, indico os nomes abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial criada por este Poder para a elaboração de normas relativas à cobrança e aplicação da Taxa Judiciária.

Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira

Deputado Luiz Gabriel Sampaio

Deputado Airton Cordeiro.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Erondy Silvério.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Paranhos, ocorrido na última quinta-feira, nesta Cidade.

Requer-se, outrossim, que do presente se dê conhecimento à família enlutada, à Câmara Municipal de São Jorge do Oeste e ao Sr. Prefeito Municipal daquele Município, Sr. Adelarte de Bortolli. Endereço: Rua Alameda Carlos de Carvalho, 250. apt. 31, Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Antônio Paranhos, baiano de nascimento, mas há longos anos residente e domiciliado no Paraná, foi um dos pioneiros da região Sudoeste, onde exerceu com raro brilhantismo a sua profissão de advogado, além de colonizar o Município de São Jorge do Oeste, em cuja área territorial, inclusive, existe Distrito Administrativo e Judiciário que leva seu nome.

Homem culto e inteligente, Antônio Paranhos soube ao longo de sua fecunda existência amearhar um grande círculo de amizades, espalhadas não só no Paraná, mas também no País.

Sua morte será lamentada por todos. Desde os mais humildes até as mais altas autoridades de diversos Estados. Eu que tive a feliz oportunidade em tê-lo como amigo, posso assegurar a falta que o Dr. Antônio Paranhos fará ao Paraná e, creio, é justo que esta Casa se associe ao sentimento de dor da família enlutada, através deste voto de pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Braga Correia, ocorrido em Maringá.

Solicita, por outro lado, o envio de cópia deste à família enlutada, que reside na Avenida Getúlio Vargas, Edifício Maria Tereza, Maringá. (Pr.)

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Oriundo de tradicionais famílias de nossa região, Eduardo Braga Correia deixa uma lacuna muito difícil de preencher, em sua comunidade. Representante local do FUNRURAL, vinha desenvolvendo um trabalho digno dos maiores elogios, prestando toda a assistência necessária ao homem do campo da região de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora HANEINE M. HADDAD.

A extinta pioneira da Cidade de Cornélio Procopio, pertencida à tradicional família procopense razão pela qual o seu passamento causou profunda consternação à população.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja comunicado o seu filho Milhen Haddad, destacado agricultor residente em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações e aplausos a REDE GLOBO DE TELEVISÃO, pela programação alusiva aos 15 anos de apresentações dos humoristas conhecidos como "OS TRAPALHÕES", levada a efeito durante oito horas, no domingo 28 de junho de 1.981.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) José Domingos.

JUSTIFICATIVA:

A programação apresentou um cunho todo especial uma vez que prestou importante participação no Ano Internacional do Deficiente Físico, com a Bolsa de Empregos para portadores de problemas físicos, bem como a doação de córneas. Em todo o Brasil, houve a participação pronta e ativa de autoridades e em especial do povo.

Em nosso Estado particularmente a resposta dada aos apelos apresentou resultados marcantes, mostrando a generosidade, a colaboração do povo paranaense. Aqui, os resultados foram realmente expressivos com a união de todos desde o Governador Ney Braga, que compareceu perante ao Canal 12 de Curitiba, até os mais simples membros de nossa comuni-

dade que contribuíram para a boa presença de nosso Estado nesta programação altamente filantrópica e significativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja consignado, na ata de Sessão de hoje, um voto de regozijo ao emérito Professor Universitário, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, em virtude do prêmio que vem de receber do Instituto dos Advogados do Brasil por motivo de seu profícuo trabalho no campo da pesquisa jurídica, e requer que, desse requerimento, seja informado o ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

O Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho honra, sobretudo, a cátedra da Universidade Federal do Paraná, por seus reconhecidos cabedais de conhecimento jurídico. Autoridade mundialmente consagrada, como autor de quase uma trintena de obras sobre Direito Administrativo, tem sido assiduamente requisitado para participar, no País e no exterior, de juntas julgadoras de concursos universitários e de congressos nacionais e internacionais, onde, de cada vez, mais se projeta por sua cultura imensurável. Político de nomeada, tendo exercido, com raro brilhantismo, diversos mandatos de Deputado Federal, assim como fôra Secretário do Governo do Paraná, milita, hoje, nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual empresta a sua longa experiência. Como Juiz Federal, agiu sempre com critério e ponderação, tendo deixado, através de sentenças e de pareceres, um rastro de luz em nossas letras jurídicas. E agora, o Instituto dos Advogados do Brasil vem de prestar-lhe justa e oportuna homenagem ao conceder-lhe estimulador prêmio ao trabalho de profunda pesquisa jurídica, que vem realizando ao longo de muitos anos. O Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho se encontra, hoje, no Rio de Janeiro, a fim de receber o galardão em expressiva solenidade.

Em se tratando de um paranaense que honra a sua terra, dignificando-a e projetando-a no cenário nacional e internacional, este requerimento não deixará de ser pálida homenagem da Assembléia Legislativa, e terá, naturalmente, a aprovação unânime de meus nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense e à Fundação Nossa Senhora do Rocio pela passagem do 57.º aniversário dessa tradicional emissora de rádio do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.981.

a) José Domingos.

JUSTIFICATIVA.

A Rádio Clube Paranaense comemorou no último sábado, dia 27, o seu 57.º aniversário de fundação. Primeira emissora do Paraná e uma das pioneiras da radiofonia brasileira, a Rádio Clube Paranaense se constitui num dos grandes patrimônios do nosso Estado, porque ela cresceu junto com o Paraná. Viveu os dias do desbravamento, dos nossos pioneiros que rasgaram o Estado, levantando cidades e vilas. Acompanhou as conquistas do nosso Estado no campo da agricultura, da pecuária, da indústria, da cultura. Foi, como escreveu o jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, o verdadeiro porta-voz paranaense, marcando a presença do nosso Estado na crista

dos acontecimentos. Seja no setor informativo, na orientação cultural, na diversão ou na instrução, a veterana emissora sempre esteve presente progredindo com o Paraná e com ele se destacando no cenário brasileiro". Por isso, por tudo o que a conhecida "Bedois" representa no cenário da radiofonia paranaense, nada mais justo do que a manifestação da Assembléia Legislativa do Estado, de congratulações pelos 57 anos de vida da Rádio Clube.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção de um voto de reconhecimento ao funcionário desta Casa, Dr. Antônio Carlos Itiberê da Cunha, que foi aposentado pelo Decreto Legislativo n.º 249/81, de 22 do corrente, data em que completou trinta e cinco anos de inestimáveis serviços prestados ao Poder Legislativo.

Funcionário zeloso, prestativo, sempre pronto a colaborar com seus colegas, sobretudo com a administração, exerceu cargos em comissão da maior relevância, sempre com a doação integral de seus dotes de cavalheiro e profissional consciante.

Requer, ainda, que do presente seja feita anotação no seu prontuário, no Departamento de Pessoal, e que lhe seja dado conhecimento da justa homenagem ora prestada.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas às formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à SANEPAR solicitando:

1 - Qual o custo do Relatório de Atividades SANEPAR 1980?

a) Custo publicitário;

b) Custo da impressão.

2) Quais as empresas que realizaram o trabalho?

3) Quais critérios para escolha das empresas?

4) Dos preços do mercado paranaense a SANEPAR pagou o preço menor?

5) Quais as razões de, numa época como a atual, e face à função social da SANEPAR, a empresa pública promover tais gastos?

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, a SANEPAR distribuiu largamente um Relatório de suas atividades no ano que passou. A sofisticação dessa peça que marca pelo seu caráter publicitário, chamou a atenção para a possibilidade de seus altos custos. Uma pesquisa feita nas principais empresas gráficas do Estado revelou que este relatório não pode ter custado, a preços normais, menos de Cr\$ 1.700.000,00. Um custo, Senhores, que deve indignar a todos que neste Estado devem estar preocupados com a necessária limitação de gastos supérfluos. Um relatório de atividades de uma empresa estatal, como a SANEPAR, deveria servir de exemplo para o conjunto da sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido de providências do Senhor Secretário de Segurança Pública, com respeito a irregularidades que ocorrem na Delegacia de Polícia de São Jorge d'Oeste.

Requer ainda, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao representante do Ministério Público, na Comarca de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere na carta denúncia do Sr. Santiago Berrido da Silva, mais uma irregularidade está ocorrendo na Delegacia de Polícia de São Jorge d'Oeste.

Inúmeras foram as irregularidades que já aponte contra o Delegado de Polícia, Sr. Leopoldo Eger.

A presente denúncia, mostra além de mania funcional, a presumível prática de corrupção administrativa. Evidente que deve a Secretaria de Segurança Pública tomar medidas administrativas, para que a autoridade policial em São Jorge d'Oeste, não continue se desgastando e caindo na incredulidade pública, eis que o titular daquela Delegacia Policial, está sendo acusado da prática não só de irregularidades funcionais, mas denunciado criminalmente na Comarca de Chopinzinho, pelo abuso de autoridade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo, solicitando a inclusão do RODEIO INTERESTADUAL DO LAÇO, promovido anualmente pelo CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - CTG de SANTA ISABEL DO IVAÍ, em seu Calendário Turístico.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em março de 1972, o Centro de Tradições Gaúchas de Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do Paraná, vem cumprindo desde então, suas finalidades estatutárias.

Cultuando as tradições do Rio Grande do Sul, pugnando pela presença dos motivos gauchescos, lutando por melhores condições sociais do homem do campo, organizando atividades que exaltem os costumes sulinos, o CTG Fronteira Paranaense de Santa Isabel do Ivaí firmou-se como "a grande querência onde o portão não tem tranca" abrigando dezenas de representações, oriundas de todos os cantos dos Estados do Sul brasileiro, notadamente por ocasião de seu evento maior, o Torneio Interestadual do Laço, neste ano, já em sua sexta versão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à bancada do Paraná na Câmara Federal, solicitando o empenho dos Senhores Parlamentares no sentido de que seja alterada a atual legislação que regulamenta a aposentadoria do trabalhador rural, possibilitando a concessão do benefício aos 55 anos para os homens e aos 50 para as mulheres.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Pela atual legislação, o trabalhador rural brasileiro só é beneficiado pela aposentadoria após completar os 65 anos, de modo idêntico, seja homem ou mulher. Ocorre que ao atingir esta idade, o trabalhador está praticamente no final de sua vida, restando pouco tempo para que ele desfrute do benefício. Por outro lado, acreditamos que a mulher do campo tenha um desgaste superior ao homem, já que ambos executam a mesma espécie de trabalho, daí a necessidade de uma antecipação no prazo para a aposentadoria. A aposentadoria aos 50 e 55 anos é, além de tudo, uma das mais antigas aspirações dos órgãos sindicais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado ao Secretário das Finanças, um pedido às informações sobre a convocação por edital de 150 pessoas que deverão prover quadro de agente fiscal 1 e agente fiscal 2, da Coordenação da Receita do Estado, por entender que esta convocação fere o artigo 21, parágrafo 1.º, da Lei n.º 7051/78.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O Secretário das Finanças pretende convocar, conforme informações oficiais, através de edital, 150 pessoas para ocuparem os cargos de agente fiscal 1 e 2, da Coordenação da Receita do Estado. Este ato, caso se consuma, prejudicará os funcionários habilitados ao acesso, conforme prevê o art. 21, § 1.º, da Lei n.º 7051/78 que diz:

— O provimento da classe inicial da série de classes de AF-1, somente dar-se-á mediante Concurso Público, na forma deste artigo, QUANDO NÃO HOUVER FUNCIONÁRIOS HABILITADOS AO ACESSO.

Os convocados prestaram concurso e não foram nomeados porque não existiam vagas, na época. Sua nomeação, hoje, preterirá o direito dos funcionários já no exercício do cargo, conforme o art. 68 da mesma lei, consubstanciado no artigo 69 que diz:

— Para acesso à série de classes, cujo exercício depende de habilitação profissional específica, fica o candidato obrigado a apresentar o respectivo diploma e certificado de habilitação em curso exigido pela legislação vigente.

É grande o número de funcionários habilitados e que têm preferência legal para o provimento dessas vagas, estimulados que foram pela própria legislação que invocamos aqui em seu favor. Esta atitude, caso venha a ser imposta, se traduz num desrespeito à lei e contraria, também, todas as declarações do próprio Governo no que diz respeito a sua política de recursos humanos. Talvez, o Senhor Secretário das Finanças, Edson Neves Guimarães, não conheça em profundidade este documento legal, pois até aqui não determinou a sua regulamentação como prevê e exige o artigo 125, da Lei n.º 7051/78.

O artigo 70, parágrafo único, exige que as vagas restantes só serão preenchidas se o número de candidatos habilitados ao mesmo for inferior às vagas para aquele fim previstas, e então se fará concurso público. Mas antes será respeitado o acesso de funcionários do quadro atual da Secretaria.

Consumado este ato, estarão frustradas as expectativas dos funcionários públicos que verão seus direitos sobrepujados pela arbitrariedade do Secretário e sua assessoria que talvez careça de suficiência para tratar da questão. O que não podemos admitir é que mais uma vez os direitos estabelecidos e que são frutos de difícil conquista do funcionalismo público sejam relegados em favor de beneficiários que serão nomeados à margem da legalidade e da legitimidade de funcionários que, pela sua dedicação e empenho, merecem melhor tratamento e atenção do Governo. Merecem, ao menos, que se respeite a lei.

É com esta preocupação que estamos encaminhando à Mesa, um requerimento que sugere o envio de um pedido de informações ao Secretário responsável por esta tentativa de arbítrio. Com a esperança de que seja, no mínimo, alertado para as consequências que seu ato poderá promover.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministro do Interior, Presidente do Banco Nacional da Habitação e Caixa Econômica Federal, no sentido de sugerir a estes órgãos públicos, que exijam por parte das COHABs e Cooperativas Habita-

cionais, uma rigorosa fiscalização, nos Conjuntos Habitacionais, no sentido de que se acabe com as altas especulações que vêm ocorrendo, com as vendas de imóveis financiados pelo BNH, muitas vezes antes mesmo da entrega do imóvel, e com referência aos aluguéis, que dependendo do valor das prestações, chegam a atingir uma proporção de quase 1.000% (um mil por cento) de lucro, e nossa sugestão é no sentido de que os imóveis que estejam ocupados por inquilinos a mais de 1 (um) ano, sejam transferidos automaticamente ao morador inquilino.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

É normal, Senhor Presidente e Senhores Deputados, olharmos nas páginas de classificados dos jornais, e vermos os anúncios de vendas de casas e apartamentos, em conjuntos residenciais, e se não bastasse as vendas, tem também os aluguéis com os mais altos preços, e com lucros exorbitantes. Se verificarmos "in loco", veremos que existem imóveis entregues pelas COHABs e pelas Cooperativas Habitacionais, há mais de 3 (três) anos, e até hoje o mutuário ou ainda não conhece o imóvel por dentro, se perguntarem a ele como estão localizados os cômodos das casas ou apartamentos, estas pessoas não saberão dizer exatamente como estão localizados, porque nunca entraram no imóvel. O número de pessoas que realmente precisam de serem contempladas com um imóvel, estão há mais de 4 (quatro) anos na espera, se conseguirem seus objetivos. É normal vermos que uma só pessoa possuir mais de um imóvel financiado, usando de expedientes com o nome de filhos e irmãos, tios que moram distantes, e mesmo declarações frias que provam não possuírem imóveis registrados em seus nomes. Outra burocracia que deveria ser resolvida é com referência a mutuários que venderam seus direitos, por motivos de mudanças dos municípios e mesmo do próprio Estado, e os adquirentes estão hoje sem condições de transferirem os financiamentos, pela dificuldade de localizarem os legítimos mutuários. Muitos desses casos estão até com mais de 5 (cinco) anos, e às vezes na iminência de amanhã ou depois perderem suas propriedades, simplesmente pelo fato das COHABs, não aceitarem como documento legal, um Contrato de Compra e Venda, para efetuarem as transferências dos financiamentos dos imóveis. A única orientação que os Departamentos Jurídicos fornecem a estes adquirentes, é de que ele deixe de pagar suas prestações por um período superior a 5 (três) meses, depois faça a denúncia, e a COHAB, e esta após a denúncia, rompe o contrato mantido com o mutuário, dando preferência, para revenda do imóvel ao morador atual só que este morador, deverá sofrer enormes prejuízos, pois, além de perder o valor pago na transação, perderá também os anos que pagou em nome do mutuário, e irá receber o imóvel com novo financiamento, e com o preço do reajustado, para um imóvel construído atualmente. É uma proposta que poderíamos considerar ilícita e imoral, porque o morador possui um documento de Compra e Venda, que é válido em qualquer transação comercial e aceito por todos os órgãos, menos pelas COHABs, que dão desta forma, uma demonstração de que não foram criadas para facilitar a aquisição da casa própria, e sim criadas para usufruírem dos lucros advindos dos mutuários que por um motivo ou outro, venham a atrasarem em suas prestações, sendo elas próprias os maiores exemplos para que hajam as transações e os aluguéis ilícitos dentro dos conjuntos habitacionais, por parte daqueles que realmente só visam lucros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando enérgicas providências diante de fatos ocorridos no Município de Terra Boa,

quando os Srs. Gregório Campos Fonseca e Felinto Beato de Oliveira, foram presos por policiais militares da Delegacia de Polícia daquela cidade.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento da Proposição ao Governador Ney Braga, para aproveitamento, com prioridade, dos ex-professores suplementaristas efetivados no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo e dos ex-professores sem habilitação do mesmo quadro, nas vagas a serem abertas no Quadro Próprio do Magistério, em decorrência das aposentadorias voluntárias, em consequência da nova legislação que rege a matéria.

A ascensão ao Quadro Próprio do Magistério, dar-se-á mediante a realização de concurso interno, nos termos do que estabelece o Plano de Classificação de Cargos.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A justa aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que reduz em cinco anos os prazos para a aposentadoria dos professores de ambos os sexos, determinará a decisão voluntária de perto de dois mil professores do Paraná, que se socorrerão do remédio legal para obter os benefícios do novo dispositivo constitucional.

De todos é sabido que o Governo do Estado, acatando uma sugestão deste Deputado e do Deputado Augusto Carneiro, com aprovação unânime desta Assembléia, formulou mensagem, transformada em lei, efetivando no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo os professores suplementaristas enquadrados nos requisitos em lei.

Da mesma forma, os antigos professores sem habilitação estão no mesmo Quadro, à espera de um tratamento mais justo e compatível com a sua nova formação.

A proposta que fazemos ao ilustre Governador Ney Braga, é no sentido de preencher os cargos que vagarem com a aposentadoria voluntária dos professores que tiverem direito aos recentes benefícios, sejam ocupados exclusivamente pelos professores que integram o Quadro Único do Pessoal e que aspiram, com inegável justiça, alcançar o Quadro Próprio do Magistério.

Propomos também, que tal ascensão ocorra pela via do consumo interno entre ex-suplementaristas e ex-professores sem habilitação, nos termos aliás, do que estabelece o Plano de Classificação de Cargos, já em vigor.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 63/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, na cidade de Verê, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, de Verê, Estado do Paraná, foi fundada em 20 de março de 1980, tendo sido registrada em 17 de junho do mesmo ano,

data em que adquiriu personalidade jurídica.

Os benefícios que vem prestando à maternidade e à infância em geral, desde a sua fundação, fazem da APMI de Verê, uma associação digna de admiração e respeito daquela comunidade.

Cumprindo com êxito os fins para que foi fundado, recebe agora de sua declaração de utilidade pública, para o que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 64/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no Município de Sapopema, o Distrito Administrativo de VIDA NOVA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Começa no Rio Laranjinha, na foz do Córrego do Veado, sobe por este até o cruzamento da estrada Vida Nova - Congoinhas, seguindo pela referida estrada rumo Vida Nova e posteriormente segue pela estrada do Xisto rumo Sapopema até confrontar a nascente da Água dos Cordeiros, pela qual desce até sua foz no Ribeirão das Pedras, e por este abaixo até sua foz no Rio Laranjinha, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego do Veado, ponto de partida”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A região de Vida Nova, no Município de Sapopema, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados nestes últimos anos, quer no setor da agricultura, quer no setor sócio-econômico, comportando a sua elevação para a categoria de Distrito Administrativo, o que por certo acarretará novos impulsos, a fim de que aquele desenvolvimento não sofra qualquer solução de continuidade.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que por certo merecerá o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Rádio Clube Paranaense, foi fundada a 27 de junho de 1924, numa iniciativa do industrial Francisco Fido Fontana e os Srs. João Alfredo Silva, Olavo Bório, Lívio Gomes, Moreira Garcez, Oscar Joseph de Plácido e Silva.

As primeiras transmissões foram realizadas diretamente da residência de Lívio Gomes, com a apresentação de trechos líricos. Aí, foram dados os primeiros passos, nasceram os primeiros momentos de uma longa e gloriosa história da Rádio Clube Paranaense.

Talvez, seus idealizadores não sonhassem com as potencialidades futuras, do alcance do gesto, mas acreditaram, certamente, que seus propósitos haveriam de produzir frutos compensadores. E isso, realmente, aconteceu.

A veterana emissora se impôs. Cresceu, e hoje é ouvida em todo o mundo, através de suas ondas curtas e médias.

Sua programação, em ondas curtas de 49 e 25 metros, é ouvida nos mais distantes pontos do Território nacional e ultrapassando fronteiras do Brasil, leva aos mais longínquos

Países o som, a música, a informação, então, o panorama do Paraná e do nosso País. Aí estão para comprovar as mensagens do exterior que chegam até a conhecida "BEDOIS".

Hoje, pertencente à Fundação Nossa Senhora do Rocio, a Rádio Clube Paranaense, possuindo emissão em frequência modulada, se prepara para colocar no ar sua onda curta de 31 metros e, ao mesmo tempo, para aumentar sua potência na onda média, passando de 20 para 50 quilohertz.

Certamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os 57 anos de fundação da Rádio Clube Paranaense representa hoje o que seus idealizadores pretenderam para o Paraná há meio século atrás.

Seus propósitos foram confirmados e valeu, portanto, o esforço, a dedicação, o idealismo e o pioneirismo dos fundadores da Rádio Clube Paranaense, hoje uma das maiores potências radiofônicas do Sul do País.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento de congratulações pelo aniversário da Rádio Clube Paranaense, e queremos, nesta oportunidade, apresentar aplausos à Rede Globo de Televisão, pela programação especial levada a efeito durante oito horas, no dia de ontem, dos quinze anos dos "Trapalhães", em que foi realizado um trabalho em favor dos deficientes físicos, neste 1981, que é exatamente o Ano Internacional do Deficiente Físico.

Nós que acompanhamos "pari passu" aquela programação, e hoje pela manhã observávamos os resultados em todo o País, podemos dizer que foi realmente um marco, foi um sucesso total.

E também estaremos encaminhando, daqui a pouco, o requerimento de aplausos a esta programação apresentada ontem, pela Rede Globo de Televisão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho à Mesa o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Secretário das Finanças, um pedido de informações sobre a convocação por edital de 150 pessoas que deverão prover o quadro de agente fiscal 1 e agente fiscal 2, da Coordenação da Receita do Estado, por entender que esta convocação fere o artigo 21, parágrafo primeiro da Lei 7051/78.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

JUSTIFICATIVA:

O Secretário de Finanças pretende convocar, conforme informações oficiais, através de edital, 150 pessoas para ocupar os cargos de agente fiscal 1 e 2, da Coordenação da Receita do Estado.

Este ato, caso se consume, prejudicará os funcionários habilitados ao acesso, conforme prevê o art. 21, parágrafo primeiro, da Lei 7051/78, que diz:

— O provimento da Classe inicial da série de classes de AF-1, somente dar-se-á mediante concurso público, na forma deste artigo, QUANDO NÃO HOUVER FUNCIONÁRIOS HABILITADOS AO ACESSO.

Os convocados prestaram concurso e não foram nomeados porque não existiam vagas na época. Sua nomeação hoje, preterirá o direito dos funcionários já no exercício do cargo, conforme o artigo 68 da mesma lei, consubstanciado no artigo 69, que diz:

Para acesso à série de classes, cujo exercício depende de habilitação profissional específica, fica o candidato obrigado a

apresentar o respectivo diploma e certificado de habilitação em curso exigido pela legislação vigente.

É grande o número de funcionários habilitados e que têm preferência legal para o provimento dessas vagas, estimulados que foram pela própria legislação que invocamos aqui em seu favor.

Esta atitude, caso venha a ser imposta, se traduz no desrespeito à lei e contraria também todas as declarações do próprio Governo, no que diz respeito à sua política de recursos humanos.

Talvez o Sr. Secretário das Finanças, Edson Neves Guimarães, não conheça em profundidade este documento legal, pois até aqui não determinou a sua regulamentação como prevê e exige o artigo 125, da lei número 7051/78.

O artigo 70, parágrafo único, exige que as vagas restantes só serão preenchidas se o número de candidatos habilitados ao acesso for inferior às vagas para aquele fim, previstas, e então se fará concurso público. Mas, antes, será respeitado o acesso de funcionários do quadro atual da Secretaria.

Consumado este ato, estarão frustradas as expectativas dos funcionários públicos, que verão seus direitos sobrepujados pela arbitrariedade do Secretário e sua assessoria, que talvez careça de suficiência para tratar da questão.

O que não podemos admitir é que, mais uma vez, os direitos estabelecidos e que são frutos de difícil conquista do funcionalismo público, sejam relegados em favor de beneficiários que serão nomeados à margem da legalidade e da legitimidade dos funcionários que, pela sua dedicação e empenho, merecem melhor tratamento e atenção do Governo. Merecem ao menos que se respeite a lei.

É com esta preocupação que estamos encaminhando à Mesa um requerimento que sugere o envio de um pedido de informações ao Secretário responsável por esta tentativa de arbítrio. Com a esperança de que seja, no mínimo, alertado para as consequências que seu ato poderá promover".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo brasileiro é o responsável direto por esse verdadeiro "caldeirão do diabo", que se transformou o País. Os homens do Governo continuam com os olhos lacrados e com os ouvidos tapados.

Este Governo tem sido irresponsável. É um Governo criminoso à medida em que mata todas as esperanças nacionais. O País está na iminência de explodir de fome e de revolta. E o que faz a "corte palaciana"? Simplesmente coloca mais lenha na fogueira. Mas o fogo já começa a chamuscar as cortinas de veludo do Planalto. E nem assim eles acordam. Este é um Governo em adiantado estado de putrefação. Está podre. E cheira mal.

Esses homens que se apoderaram de tudo, estraçalharam os nossos sonhos, arrebataram com o nosso patriotismo, enlamearam o nosso solo. Os corruptos e os vendilhões que estão estabelecidos comercialmente em Brasília, precisam ser chicoteados e expulsos. Os 120 milhões de brasileiros estão acuados, sem perspectivas. E quem está acuado, encurralado, só tem um caminho: reagir.

O Governo brasileiro fala em programas habitacionais e aciona o gatilho com 73 por cento de aumento nas prestações da casa própria; gasta milhões em propaganda para falar do Programa do Alcool e incentivar a venda de veículos movidos à álcool, e o programa é um fracasso, fala e pede para o brasileiro poupar e ao mesmo tempo descarrega nos vídeos, jornais e rádios, a propaganda da Loto, da Loteria Esportiva, da Loteria Federal, etc. É um Governo que fala com ênfase no transporte

de massa, faz campanha para o cidadão deixar o carro em casa e, descaradamente, aumenta o óleo diesel de Cr\$ 32,50 para Cr\$ 42,00, acumulando, só este ano, 62 por cento de aumento. E a reação é em cadeia: aumentou o óleo diesel e já aumentam as tarifas.

É um Governo desmoralizado, impotente. Eles provaram que são incompetentes. É um Governo que está torcendo para que as geadas acabem com os cafeeiros, única maneira de obterem preços altos no mercado internacional; é um Governo que diz que o INAMPS está falido, quando o orçamento deste ano é de mais de um trilhão de cruzeiros. É um Governo que continua brincando de gato e rato.

É um Governo que não ouve o clamor popular; que não desce ao nível do povo para ouvir suas angústias e medos; não desce ao nível do povo para sentir a barriga roncando; para ver os dentes cariados; para ver como se morre de inanição; enfim, para ver de perto o que o Governo chama de indolência mas que, na verdade, é uma revolta latente.

Mas o Governo quer mesmo é bolar esquemas para não perder a eleição do próximo ano. E os computadores e laboratórios trabalham dia e noite, gerando fórmulas vingativas, fórmulas que possam aniquilar com o grande inimigo. E enquanto os "abi-ackel" os "sarneis", os "Passarinho", os "golberys" da vida misturam a poção dos casuísmos, como verdadeiras "Madame Min" das histórias em quadrinhos, o povo vai fazendo suas mágicas para sobreviver. E enquanto o Governo proíbe coligações entre partidos, o povo faz suas coligações, unindo todos os setores de atividades; enquanto o Governo fala em vincular votos, o povo vai vinculando suas reivindicações aos movimentos populares.

Triste Governo. Pobre Governo. Não passou de ano no vestibular da incompetência. Mas está na Universidade pois tem força, tem poderes.

Como brasileiro, só posso lastimar essa situação. O País está no fundo do poço. É inviável econômica e socialmente. E os culpados estão aí, a falar em democracia, em "prendo" e "arrebento", em justiça social, em renda "per capita", entregando o País aos estrangeiros, a permitir a corrupção de cima para baixo. Já é hora de mudar. Por quais meios?

Parodiando nossos ilustres governantes, digo que só Deus sabe.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento, e passamos a ler a emenda constante do mesmo:

"EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O parágrafo único do Art. 74, da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 74 —

I —

II —

III —

Parágrafo único — No caso do item III o prazo é reduzido:

a) a trinta anos para as mulheres;

b) a trinta anos, para o professor, e a vinte e cinco anos para a professora, que nesse tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

— O inciso I do Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná será acrescido da letra "C":

"Art. 75 —

a)

b)

c) contar trinta anos, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, observado o que dispõe a letra "B" do parágrafo único do artigo anterior.

JUSTIFICATIVA:

A aprovação pelo Congresso Nacional, da emenda constitucional que assegura aposentadoria ao professor aos trinta e à professora aos vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções do magistério, com vencimentos integrais, exige a adaptação da Constituição do Estado do Paraná ao novo preceito da Lei Maior.

É o que fazemos, para permitir a mais rápida aplicação dos justos benefícios legais à classe dos professores, merecedora das nossas homenagens pelo relevante papel que desempenha na sociedade paranaense.

Era só, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás, ao defender praticamente sem quaisquer qualificações ou restrições, os investimentos de empresas multinacionais no Brasil, em sua conferência, na Escola Superior de Guerra, o Ministro Delfin Neto procurou chamar a atenção para que não se confunda a represa com o rio.

Ou seja, que o fluxo de rendimentos enviado ao exterior anualmente, e o capital aqui instalado, que ficam as instalações e a tecnologia que as multinacionais aqui compram matérias-primas, pagam impostos, ampliam empregos.

E para que se esclareça, que isso não pode colocar em risco a Segurança Nacional, afirmou, enfaticamente, que nenhuma multinacional por maior que seja, tem as mínimas condições de confrontar o Estado brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que isto é realmente verdade, ou é mais um jogo de palavras do hábil Ministro Delfin Neto?

Diria que, se realmente estivéssemos num País em que as leis fossem respeitadas e que os legisladores, representantes legítimos do povo, pudessem decidir e influir na sua confecção e educação, seria correto. Mas, aqui neste País, Sr. Presidente, portarias, resoluções, ordem de serviço, decretos, decretos-leis, etc, etc, etc, são mais importantes que as leis.

Um dos grandes méritos e há que se reconhecer isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos grandes méritos dessa Revolução de 64, foi conseguir fazer com que o povo brasileiro adotasse como dogma, a burla e o desrespeito à lei. Somos conhecidos, internacionalmente, como o "Dia do Jeitinho". Não como um país de grandes negócios, mas um País de grandes negociatas, como disse o eminente companheiro José Tavares, quando retornou de sua viagem ao Japão em uma entrevista que deu a uma rádio desta Capital.

Somos conhecidos internacionalmente como "o País do jeitinho", porque isto até virou instituição nacional, o brasileiro é um cidadão "vivo" porque sabe burlar a lei.

Mais uma vez, a Nação vai assistir à entrega de parte das nossas riquezas à sanha das multinacionais, que é o Projeto Carajás. O Projeto Carajás, para que fique nos Anais desta Casa, está dentro de uma faixa de território de aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados. A sua reserva de ferro é de 18 bilhões de toneladas, de manganês, 60 milhões, de cobre, um bilhão; de alumínio, 40 milhões; de níquel, 100 milhões; de ouro, só Deus sabe quanto de reserva tem lá. Só neste ano, deveremos tirar mais de 50 mil toneladas do Projeto Carajás ou da Serra Pelada.

Está aí também, Sr. Presidente, o PRÓALCOOL, projeto que tinha por escopo tirar as amarras de nossa dependência do mercado internacional no fornecimento de petróleo, está aí

aí sendo boicotado pelos interesses de empresas estrangeiras, não tendo, segundo o Governo, recursos financeiros para o atendimento de todos os projetos que querem aqui implantar-se.

Não se estranhe amanhã, Sr. Presidente, se vier o Ministro Delfim Neto dizer que as empresas multinacionais deverão entrar no projeto PROÁLCOOL, porque elas serão a redenção para que atinjamos a meta dos 10 bilhões de litros até 1.985.

Estão aí, Sr. Presidente, os novos preços dos combustíveis derivados do petróleo. Ontem era o preço no mercado internacional que ditava as normas do mercado interno; hoje, a desculpa deslavada e descarada é o reajuste nos derivados por causa da inflação interna. E o que é pior, este aumento foi decretado na calada da noite, como mais um golpe nas parcas economias do povo brasileiro. Como disse o eminente companheiro Fiori Luiz, o descaramento chegou ao ponto tal de que agora é na calada da noite e não ficam nem vermelhos por isto; porque o achaque que irá dar no bolso do povo, a gasolina a Cr\$ 75,00 o litro, o óleo diesel a Cr\$ 42,00 e o álcool a Cr\$ 48,00 o litro só ele sabe, e nos últimos doze meses, a gasolina sofreu um reajuste de 117,3%, o diesel 180% e o álcool 163,7%.

E há dias atrás, Sr. Presidente, quando num aparte aqui nesta Casa, dizíamos de que o salário do trabalhador estava corroído nas suas entranhas, no seu poder de aquisição e procurei demonstrar que, em 1.970, com um salário-mínimo se comprava 374 litros de gasolina e agora, em 1.981, com o mesmo salário-mínimo, compra-se pouco mais de 110 litros da mesma gasolina, houve quem, nesta Casa, dissesse-me que fazia, na oportunidade, uma colocação descabida, totalmente dissociada da realidade. Que onde iria se colocar para confrontação salário com gasolina..

Mas ora, Sr. Presidente, 90% do transporte deste País é feito através de rodovias. E um centavo sequer, que suba no preço do combustível, vai refletir no custo da mercadoria que vai para a mesa do trabalhador; e isso ninguém pode contestar, isso são fatos verdadeiros e ninguém poderá dizer que aqui nesta Casa, a Oposição sempre traz números mirabolantes e não prova nada. Está aí, Sr. Presidente, o preço da gasolina; a Cr\$ 75,00 o litro. Sabe Deus para quanto irá o quilo do feijão, o quilo do arroz, o litro do óleo, com mais esta alta. Sabe Deus para quanto irá o reajustamento do transporte coletivo nas grandes cidades. Inclusive, aqui nesta Capital, já veio o aumento do diesel como um prato cheio para o Sr. Jayme Lerner poder aumentar, de Cr\$ 13,00 para Cr\$ 18,00 ou Cr\$ 19,00 que é o que está previsto para o próximo aumento.

Isto ninguém quer discutir. Agora, tergiversar para discussões descabidas, ou levar a discussão para caminhos que não interessam que sejam discutidos, isto sim, muita gente sabe fazer. Mas me reportando, Sr. Presidente, aonde eu queria chegar especificamente em cima das palavras do Ministro Delfim Neto, de que nenhuma multinacional, por maior que seja, tem as mínimas condições de confrontar o Estado brasileiro.

Será, Sr. Presidente! Burlar leis, elas podem; usar mecanismos espúrios, também podem. Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de citar um fato real, concreto, em cima do que estou afirmando.

Em 1.979, uma empresa multinacional queria montar uma fábrica de molas helicoidais, aqui no País; queria desativar uma indústria de automóvel, em Taubaté, para transformá-la numa indústria de molas. As quatro indústrias existentes no mercado interno, que suprem o mercado e exportam, sendo três nacionais e uma multinacional, entraram com recursos tais e provaram perante o Governo que não caberia a instalação de mais uma indústria. E esta multinacional que habilmente em 79 sofreu a restrição do Governo, quando chegou em 80, ela conseguiu a sua aprovação, Sr. Presidente.

É isso que nós somos contra; de que a multinacional,

aqui burla a lei, e ninguém fala nada. Está aí esta multinacional, inaugurando esta nova fábrica, vai fazer com que duas empresas nacionais fechem, sabe Deus, quantos trabalhadores serão mandados embora. E esta multinacional que conseguiu burlar a lei, segundo o Sr. Delfim Neto, dizendo que nenhuma delas poderá colocar em "xeque" o Estado. Está aí; ela vai funcionar dentro de alguns dias, uma empresa totalmente automatizada, onde vai usar tão somente vinte empregados.

Isso, Sr. Presidente, ninguém quer discutir. Porque ao analisarmos a quadra em que nos encontramos nesta Nação, vemos que a crise, que para mim já não é mais crise, já é recessão pura, Sr. Presidente, é dirigida para que todos nós fiquemos cada vez mais dependentes do capital internacional.

É isso, Sr. Presidente que precisa ser discutido, inclusive aqui no Paraná, onde aparece o Sr. Fernando Fontana, ilustre Secretário da Indústria e do Comércio, e diz que o que existe hoje, não é recessão, o que existe hoje não é também uma crise; mas é um alertamento de vários segmentos da sociedade paranaense. Será que o Sr. Fernando Fontana é cego? Diz ele também de que os empregos não diminuem. O que há é uma rotação elevada de empregados; e apesar disso, há a oferta de empregos. E ele disse mais, de que há mais pessoas empregadas no Paraná, do que desempregadas.

Vejam, Sr. Presidente, um Secretário de Estado afirmar de que há mais pessoas empregadas, do que desempregadas; e ao olharmos o Paraná, que tem uma população de sete milhões e meio de habitantes, que tem uma força de trabalho, dentro da média nacional, de mais de 30%, segundo registro e estatísticas do próprio Governo, temos aí um milhão e duzentos e poucos mil empregados registrados e trabalhando neste Estado.

Existe, como o próprio Governo reconhece, mais de um milhão de desempregados neste Estado, e não há recessão, não há crise, que é conversa fiada de alguns empresários e alardeamento de alguns setores radicais da Oposição, para não dizer que são alguns setores radicais da esquerda, daqueles que acham que quanto pior, melhor.

Concedo um aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Deputado Darcy Deitos. Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, e além de tudo isso que Vossa Excelência coloca com muita propriedade, fazendo uma radiografia do caos econômico político e social do País, principalmente nesses últimos anos, eu apenas queria dizer-lhe para, com isso, tentar fundamentar ainda mais as verdades que Vossa Excelência está dizendo da tribuna, que, enquanto tudo isso acontece, o Governo brasileiro está exportando a gasolina a Cr\$ 23,00 e vende ao brasileiro por Cr\$ 75,00.

Então, dá-me a impressão, e tenho certeza, aliás, do que estou dizendo, de que é um excelente negócio para o Governo, o problema da crise de petróleo, porque sempre que ele precisa de dinheiro de um caixa, de uma hora para outra, ele simplesmente aumenta a gasolina e terá esse caixa no dia seguinte..

Parece até bastante assemelhado com o problema do aumento do coletivo.

Em Londrina, o Sr. Lopes, por exemplo, quando ele quer fazer um fundo de um dia para outro, para fazer face a outras despesas de seu grupo, às vezes até para comprar gado de raça, às vezes até para aumentar o capital da sua empresa de compra e venda de "Scania-Vabis", às vezes para trocar o seu avião monomotor por um bimotor, ele pede o aumento da tarifa de ônibus. E, infelizmente, o Sr. Prefeito, Antônio Belinati, que se elegeu às custas de críticas ao Governo, e que se elegeu também, em nome da classe trabalhadora de Londrina, é o primeiro a dar esse aumento.

Então, é muito fácil. Precisa de dinheiro? Há aí 120

milhões de escravos que pagam.

Não há problema algum. Nós não precisamos do povo; não fomos eleito Presidente da República pelo voto do povo, não sou Governador do Paraná pelo voto do povo, não sou Ministro das Minas e Energia pelo voto do povo, então, vamos sobrecarregar este povo.

Enquanto isto, há chefe de família se suicidando e matando a própria família, no Norte do Paraná, porque não tem emprego, não tem dinheiro nem para matar a fome dos filhos; enquanto isso, nobre Deputado, eu fui solicitado, neste fim de semana, para fazer até às vezes de um conselheiro, porque um outro chefe de família, amigo meu, queria se suicidar, porque está desempregado, com ação de despejo, e teve que soltar cheque sem fundo para poder comprar, sabe o quê? Comida no supermercado!

Este é o quadro do Brasil.

Vamos aumentar a gasolina.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado, agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, porque Vossa Excelência lembrou muito bem, enquanto nós aqui temos que pagar Cr\$ 75,00 litro, temos que gastar Cr\$ 3.000,00 para encher um tanque de um “fusqueta”; vendemos a gasolina a Cr\$ 23,00 para o exterior ou quase um terço do preço da gasolina no mercado interno e quero citar um dado. No ano passado, o Brasil exportou 344 milhões de litros de gasolina por 86,8 milhões de dólares. Sabem quanto o Brasil exportou nos últimos três meses, janeiro, fevereiro e março? Exportou 341 milhões de litros!

É muito mais barato para o Paraguai, para o Uruguai virem buscar a gasolina a Cr\$ 23,00 do que comprar o barril de petróleo, no mercado internacional, a 32 dólares o barril.

Estamos pagando um preço exorbitante pela gasolina e estamos sustentando as ditaduras latino-americanas, do Cone Sul, com o suor, o sangue e a falta de comida na mesa do brasileiro. Isso também precisa ser discutido nesta Casa. E não venham dizer que os problemas nacionais não podem ser discutidos na Assembléia Legislativa do Paraná. Isso interessa a todos nós brasileiros, essa pouca vergonha, essa desfaçatez de quem está no poder ilegalmente.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência prega no deserto. Um País que tem como Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, que anunciou aos quatro ventos, há quatro meses atrás, o preço mínimo do porco a Cr\$ 55,00 e o porco está sendo vendido a Cr\$ 45,00. Que desmoralização!

Um País que tem um Camilo Pena, é de dar pena. Um Camilo Pena que vai à televisão e admite que o modelo econômico adotado no Brasil está errado, e continua Ministro, e não pede as contas. É de dar pena, realmente.

Um País que tem um Murilo Macedo, que vai à televisão e diz que o desemprego é setorial e que depois, diz que o desemprego não é setorial, dá pena mesmo.

Um País que tem um Hélio Beltrão que, até há bem pouco tempo, ninguém tocava, e que vai para os jornais, como está na “Folha de São Paulo”, de sexta-feira, e que, numa reunião com políticos do seu Partido, instruiu-os — ele que é Ministro — e autoriza-os que desçam a lenha no Governo, são palavras textuais do Sr. Hélio Beltrão: “Os candidatos do PDS devem ir às ruas, falar da corrupção, falar das falcaturas, falar mal do Governo, sob pena de não ganharem”, realmente dá pena.

Um País que tem um Delfim Neto que, há dois meses atrás, acusava as multinacionais do setor automobilístico de estarem fazendo “cartelismo” e que agora diz que as multinacionais não serão mais potentes que o Estado, não só é desavergonhado, como é, principalmente mentiroso. Porque, a indústria automobilística estava praticando a cartelização, foi chamada a

atenção por um Ministro de Estado, e continua fazendo a “cartelização”. Senão, procuremos um automóvel e veremos que não há, porque dentro de poucos dias, haverá, por certo, um novo aumento, apesar da oferta estar acima da procura.

Portanto, a cartelização é feita na cara do Sr. Delfim Neto que vem dizer que as multinacionais não são mais potentes do que o próprio Estado.

Então, ele, além de desavergonhado, como diz o Deputado José Domingos, ainda é um mentiroso.

Mas aí, ele deixa as multinacionais e ataca quem? Os industriais brasileiros que “estariam mamando na teta do Governo, com juros baixos”. Seria importante que o Sr. Delfim Neto deixasse de ler os seus tratados de Economia e lesse uma revista que todo mundo compra, a de maior circulação do Brasil, “Veja”, que, na última semana traz um fato importantíssimo para meditação de todos os brasileiros: dos dez cidadãos que possuem as maiores fortunas individuais do Brasil, praticamente todos estão no setor de serviços. Todos, ou são comerciantes, ou são empreiteiros. Até a família Matarazzo, ou Emílio de Moraes, que são industriais brasileiros por excelência, deixaram de estar nos primeiros lugares. Isso, o Brasil deveria de pesar. Olha Deputado, a coisa é grave, é tão grave que com todos esses mentirosos que estão no Governo, a gente pode perfeitamente entender porque a 40 km daqui, em Contenda, o senhor compra batatinha a Cr\$ 13,00. Na feira-livre, o senhor paga Cr\$ 35,00 e no Supermercado Real, o senhor paga Cr\$ 49,00 o quilo.

É por isso que hoje, entre as dez maiores fortunas desse País, estão principalmente os comerciantes. Eu não sei como não aparece o Delfim, naturalmente porque o seu dinheiro está na Suíça.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Deni Schwartz, veja Vossa Excelência de que também este País é o País dos absurdos. Existem vários produtos alimentícios que são consumidos dentro do mercado interno, que sofrem o gravame de impostos, que sofrem o gravame do ICM. Agora, quando as multinacionais fabricam o seu automóvel e vendem para o mercado externo, ela vende com isenção de ICM, de IPI, de Imposto de Renda e ainda recebe incentivos fiscais porque ela está exportando o trabalho do povo brasileiro, que é um dos mais baixos do mundo, na sua remuneração.

Está exportando o trabalho do povo brasileiro, está exportando o nosso aço, o nosso ferro, enfim, todos os componentes a preço de banana, que ela joga para a sua subsidiária no mercado internacional e ela desvia os lucros que deveriam ser tributados aqui dentro.

Este é o País dos absurdos, porque enquanto um quilo de feijão, se paga ICM, a máquina paga o reaparelhamento industrial do País, grandes setores de máquinas, não pagam ICM. Então, veja que toda a nossa economia — é dirigida para atender aos interesses da indústria e das grandes empresas multinacionais, e vem aqui o Senhor Delfim Neto dizer que nenhuma delas é forte suficiente para se sobrepor ao Estado brasileiro. Isso é conversa fiada, é querer enganar o povo, como Vossa Excelência disse muito bem. Esse tal Ministro Hélio Beltrão que veio aí para desburocratizar, que não desburocratizou coisa alguma. Quer dizer, foi criado mais um Ministério para acabar com a burocracia. Vem aí dizer de que os homens do Governo têm que atacar o Governo Central para poderem ganhar as eleições em 82. Isso é “tapar o sol com a peneira”, Senhor Presidente.

Será que matando o povo de fome — estão matando o povo de fome — será que vão no ano que vem, pegar os milhões de impostos arrecadados nesta Nação e tentar enganar com obras falsas, e com falsas promessas como sempre fizeram, mas o povo haverá de ser sábio nas eleições de 82, porque não iremos admitir, iremos andar em água, de sítio em sítio, nós e todos os nossos companheiros de todos os Partidos de Oposição,

para dizer que este Governo é mentiroso e que usa o dinheiro dele, que está arrecadando em impostos, para tentar se perpetuar no poder, mas Deus haverá de ser justo, haverá de clarear e haverá de mostrar ao povo o caminho e entender que quem está no poder quer continuar com ele, para continuar atendendo aos interesses de todos os seus apaniguados.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Darcy Deitos, esse aumento da gasolina e principalmente do óleo diesel, esse aumento vai acarretar mais problemas sociais. Em Londrina, por exemplo, a empresa concessionária de transporte urbano, quer aumentar de Cr\$ 13,00 para Cr\$ 19,00 o valor das tarifas. Os motoristas e cobradores querem um aumento proporcional ao reajuste da tarifa ou então, vão paralisar os trabalhos, gerando seríssimos problemas.

Nós estamos, inclusive, apelando, para que se congele a exemplo do pedido feito por trinta e duas associações em Curitiba, o preço das tarifas. São as incoerências, as contradições do Governo; manda o povo andar de ônibus e aumenta o óleo diesel, de Cr\$ 32,00 para Cr\$ 40,00 e tantos. Agora, é tudo feito de madrugada, no escondidinho, como verdadeiros ladrões do povo, agem como se fossem ladrões profissionais. Devem se reunir, tomando uísque, comendo faisão, truta, e lá pelas tantas todo mundo já bêbado, então eles resolvem: — “Vamos aumentar o preço da gasolina”. E ficam discutindo: — “De quanto? Cr\$ 66,00 para Cr\$ 70,00, para Cr\$ 72,00” e riem na cara do povo.

Realmente, é isso. Esses homens são doentes da cabeça, nobre Deputado, além de doentes são corruptos, porque vender a gasolina em acertos que são feitos a nível de Governo para Países da América Latina, a Cr\$ 23,00 e aqui a Cr\$ 75,00, nós compramos carne do Uruguai, sem precisar, só por causa de um acerto que foi feito de Governo para Governo.

É uma corrupção deslavada Shigeaki Ueki, isso num País sério já tinha sido torrado na cadeira elétrica faz tempo. Então, a verdade, como dizia Fernando Fontana: — “Recesso, é recesso de competência”, nobre Deputado. Então, o que a gente observa e já está na boca do povo, está cheio de “gato com aço” neste Governo, está cheio de gataço, uma ladronxada que está aí. Esse que é o grande problema desta Nação, é por esse povo na cadeia, é dar de chicote no lombo desses ladrões, desses corruptos que estão encastelados em Brasília, nos Ministérios e no Palácio do Planalto.

“É mais que gato, é gato com aço” que está lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador, que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte nesse minuto que lhe resta?

O SR. DARCY DEITOS — Eu divido com Vossa Excelência este minuto que me resta. Mas, antes, gostaria de dizer ao nobre Deputado Fiori Luiz, de que vender a gasolina a Cr\$ 23,00 no mercado latino-americano, é vender esta Nação, Sr. Presidente, porque a gente paga muito mais no mercado internacional. É como eu disse anteriormente, é sustentar a ditadura do Sr. Stroessner, é sustentar a ditadura uruguaia, a argentina, a chilena, enfim, são como eu diria melhor: — são “todos gatos do mesmo saco”.

Concedo trinta segundos ao Deputado Gabriel Sampaio, para em seguida encerrar.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Deputado, ouvi atentamente seu discurso e apartes. Em grande parte, também me revoltou com muitas coisas que acontecem neste País. Mas, nós estamos na Assembléia Legislativa do Paraná, onde nos rege um código de ética e de honra, em que se deve preservar esta Casa, de acusações, de palavras, de frases temerárias, intempestivas e mal educadas. Pediria à Liderança do PMDB, o Partido que real-

mente tem tido a bandeira da Oposição neste País, para que tivesse o cuidado de solicitar especialmente ao Deputado Fiori Luiz, que limitasse um pouco o seu palavreado, que não fica bem a esta Casa. Nós poderemos até achar que alguém roube neste País poderemos, até, quase ter certeza, mas, daí para chamar e usar as expressões usadas, precisamos ter provas, sob pena de sermos totalmente irresponsáveis em afirmar coisas que não podem ser provadas na prática.

Gostaria que Vossa Excelência transmitisse à Liderança do seu Partido, que fizesse esta observação ao Deputado para que não se entusiasmasse ao excesso e viesse a colocar esta Casa numa situação difícil, como se estivesse dentro de um botequim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) O Deputado que está na tribuna poderá usar o horário da Liderança...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado que o horário da Liderança do PMDB já está reservado ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. LINEU TURRA — Ele poderá usar três minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo três minutos a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Gabriel Sampaio, digo a Vossa Excelência que as tribunas, quando são conquistadas legitimamente, pelo voto do povo são livres para expor idéias, tenho a impressão que cada um sabe aquilo que diz, cada um é cômico de suas responsabilidades, que quando ocupa as tribunas das Assembléias, das Câmaras e do Congresso Nacional, responde pelos seus atos e por palavras.

Acho que não ficaria bem, a mim, dizer isto ao eminente Deputado Fiori Luiz, ser o censor, o norteador dos postulados da conduta parlamentar. E creio que também este título a Vossa Excelência não ficaria bem, porque é Vossa Excelência um Parlamentar brilhante, honrado, digno, dinâmico, que muito bem representa a região de Maringá. Acho que ficaria até meio esquerdo a mim, e permito-me também dizer, que a Vossa Excelência usar este título de “norteador dos postulados da conduta parlamentar”, porque somos homens íntegros; quem está aqui está respondendo e defendendo os interesses legítimos do povo, porque todos viemos para cá com o voto do povo.

Perdoe-me de fazer esta observação, mas acho que não cabe observação, porque cada um é responsável por aquilo que diz. Estão aí todos os códigos de conduta, de postura dos Parlamentares. Só queria fazer esta observação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o horário que Vossa Excelência tinha e a Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o horário que me foi concedido pela Liderança do meu Partido.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo o horário da Liderança do meu Partido, nesta tarde, para trazer ao conhecimento da Casa, dos Srs. Parlamentares e do povo do Paraná, um acontecimento ocorrido no Município de Terra Boa, em nosso Estado que, mais uma vez, vem macular, manchar a imagem da instituição policial de nosso Estado.

Recebi no dia de hoje, uma denúncia grave, por escrito e assinado, por um grande advogado na região Noroeste do Estado, que é o Dr. Desdedit Álvares Gomes. E dentre inúmeras coisas que ele disse não só através desta denúncia que vou proferir a leitura, outras coisas também ocorreram naquela cidade, envolvendo policiais.

Mas disse-me na denúncia, o Dr. Deusdedit Álvares Gomes:

“Que dois clientes dele, Gregório Campos Fonseca e Fe-

lino Bento de Oliveira, sitiantes honestos e de reputação ilibada, em data de 05 do corrente transportaram, de seus sítios em Cafezal (Comarca de Iporã) para o sítio de um dos irmãos do Gregório situado em Faxinal, dez bezerros, sendo dois machos e oito fêmeas, tendo retornado de Faxinal, dia 9 do corrente, por volta das 02.00 horas da madrugada.

A estrada natural seria Terra Boa a Cianorte, para dois virem à Tapejara, Cruzeiro, Umuarama, Xambê e Cafezal. Quando se propunham a entrar no trecho de Cianorte, receberam uma saraivada de balas de metralhadora, fuzis e revólveres, tendo eles contado aproximadamente vinte e dois tiros; fora outros que deixaram de contar.

Receberam ordens para saírem do veículo marca Dodge - caminhonete, de rodado duplo, com grade especial para transporte de gado, com as mãos para cima. A seguir, mandaram que os mesmos se jogassem no chão, em decúbito ventral e se arrastassem até onde os seus captores se encontravam. Lá chegando, foram algemados, quando então meus clientes puderam observar que se tratavam de policiais.

Identificaram-se, comprovando que não eram bandidos, mas assim mesmo foram levados do trevo de Cianorte para a Delegacia de Terra Boa, onde foram humilhados, ameaçados etc. inclusive os policiais tiraram as calças de Felino Bento de Oliveira.

No mesmo dia, por volta das 9:00 horas, apareceu um "advogado" na Delegacia, dizendo-lhes que se lhe pagassem Cr\$ 10.000,00 ele os soltaria, mas meus clientes disseram-lhe que não haviam praticado nenhum crime, mas sim, que haviam sido vítimas da polícia, de forma que não seria justo que gastassem essa importância. O tal "advogado" resolveu baixar para Cr\$ 3.000,00 o seu "serviço", cuja importância foi repartida entre o Delegado e o Carcereiro e o próprio "advogado" (que eu suponho não seja advogado coisa nenhuma, mas sim, "tira").

Com esse tiroteio, furaram os 6 (seis) pneus do veículo, inutilizando-os, bem como as respectivas câmaras; furaram a cabine da caminhonete, a grade e até a roda (aro) donde se depreende que era bala de grosso calibre. Os homens correram um grande perigo de vida POR ABUSO DE AUTORIDADE e que atirou primeiro para perguntar depois, de quem se tratava.

E eu complementar, por irresponsabilidade desses maus policiais, que se houver realmente neste Estado, interesse em sanear a polícia, devem ser demitidos, a bem do serviço público.

(Lê): "Indignados, tais clientes me procuraram, e como eu lhes disse que precisariam gastar dinheiro para reaverem o prejuízo que sofreram e punirem os culpados, procuraram a autoridade militar desta Comarca, e como só ia acontecer, esta disse-lhes que iria instaurar um "rigoroso inquérito" (que já sabemos nunca dá em nada).

A autoridade militar inclusive disse-lhes que já tomara conhecimento do fato e que os responsáveis foram soldados das polícias de Cianorte e Terra Boa, que assim procederam, porque meus clientes não haviam parado o veículo quando eles mandaram".

Isto parece-me que significa o seguinte: — Se a polícia dá o sinal, não para assegurar a incolumidade do cidadão, o expõe a toda sorte de perigo, ocasiona-lhe prejuízo material e moral e transgride debochadamente a Lei do Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965 — art. 3.º, alíneas "a" e "i", combinado com o art. 4.º, alíneas "a", "b", "c", "f" e "h").

Quando meus clientes eram transportados presos, um dos patifes policiais — é isso que faz, Sr. Presidente, nós não acreditamos na Polícia. Veja, Vossa Excelência que o advogado chama por escrito e assina, um agente de autoridade de "patife". É esta realmente a classificação que o policial que age assim, merece.

Não venho aqui, comparar o Japão com o Brasil, não, Sr. Presidente. Mas, no Japão, o policial é uma autoridade respeitada pelos concidadãos. Por que? Porque ele faz merecer tal respeito.

Aqui no Brasil, infelizmente, policial muitas vezes é pior do que o criminoso.

"O normal é que qualquer cidadão se dê por satisfeito em ter saído vivo de uma loucura dessa natureza, digo: qualquer cidadão pusilânime. Mas, todo e qualquer homem de vergonha, de respeito e de dignidade, não pode se acovardar e bancar a avestruz, mesmo se contrapondo a forças poderosas. Por isso, é louvável a atitude desses dois homens.

Para não cansá-lo mais com este relato desonroso para com a Polícia do Paraná, que vem, no meu entendimento, completar uma infundável série de atos que desmoralizam a Polícia.

Terminarei aqui, na esperança de que o amigo saberá, muito melhor que eu, denunciar esses cretinos."

É isso, Sr. Presidente, mais uma denúncia de violência, de arbitrariedade e de corrupção da Polícia do Paraná.

Tive o cuidado de, no ano passado — vou trazer isso a público — fazer um levantamento com base em denúncias feitas pela imprensa do País, de atos que envolvem e que mancham uma instituição, praticados por maus policiais.

Vossas Excelências quando tomarem conhecimento desses dados, vão ficar estarrecidos com um sem número de atos de corrupção, de violência praticados por maus policiais contra homens dignos e honrados, deste Estado e deste País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estou encaminhando, através da Mesa Executiva, requerimento a Sua Excelência, o Sr. Secretário da Segurança, pedindo que adote providências, não só na base de inquéritos e sindicâncias. Porque, a impunidade de atos como esses é que tem sido a grande responsável pela enorme reincidência de violências e corrupção na Polícia de nosso Estado.

Espero que este requerimento seja aprovado pela Casa e que, efetivamente, o Sr. Secretário da Segurança Pública tome providências enérgicas, sob pena de responsabilidade, para que, com isso, pelo menos, a instituição policial do Estado do Paraná seja preservada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, no horário da Liderança do PTB.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias, a imprensa nacional, não só do nosso Estado, mas a grande imprensa nacional, vem colocando o PTB do Paraná, principalmente, numa situação um pouco difícil.

Digo difícil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque informações mal colocadas levadas aos diversos veículos de comunicação, têm trazido ao meu Partido, neste Estado, dificuldades as quais, até o momento pudemos sanar.

Normalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando venho à tribuna, procuro colocar e dizer o assunto de improviso. Todavia, nesta oportunidade, já no apagar das luzes do período, gostaria de dizer o seguinte:

"Quando o fundou, o inesquecível Presidente Getúlio Vargas tinha a convicção do grande ônus que faria recair sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, justamente em virtude da missão de defender, intransigentemente, as classes trabalhadoras contra a opressão, a miséria e a fome. Os trabalhadores compreenderam, de pronto, que o PTB passava a ser o poderoso escudo contra as perseguições e as injustiças. E, por isso, o apoiaram com vigor e com extrema coragem.

Como o PTB se tornou forte, tão forte, que conquistou o

Governo. Oportunistas de todos os matizes nele se infiltraram solertemente, pretendendo transformá-lo em massa de manobra para seus interesses escusos. Não duraram no seio do trabalhismo, porque foram descobertos e devidamente denunciados. Julgando-se suficientemente espertalhões, acabaram implodidos pelos acontecimentos e não ocupam, hoje em dia, qualquer espaço no quadro político paranaense.

Agem, porém, dentro de sua pequenez moral, acobertam-se para agredirem e caluniarem, porque encontram sempre ingênuos e retardados mentais de que se utilizam, como instrumentos de seus interesses inconfessáveis.

Comprova o que estamos afirmando o que vem de ocorrer no seio do PTB.

Com o estardalhaço, que é sua segunda natureza, por ser o impenitente garimpeiro do filão da demagogia, o Sr. Jânio Quadros ingressou, novembro último, no PTB de São Paulo.

Tudo pareceu, a princípio, que ele se subordinaria à disciplina partidária, e seria obediente à linha ideológica que havia espontaneamente abraçado.

Não demorou, entretanto, a mostrar que continuava sendo o mesmo Jânio de sempre — personalista, egocêntrico, destrambelado. Os seus estranhamente assíduos pronunciamentos na televisão, quando outros políticos são rejeitados, passaram a comprometer seriamente o PTB, em virtude de louvação espúria ao General. Goubery do Couto e Silva —, aliás, cria de Jânio, desde quando Major, a servir na Casa Militar da Presidência da República — e ao ser por todos nós condenado modelo econômico erigido por Delfim Neto, que está fazendo presente do Brasil aos capitais estrangeiros.

O Sr. Jânio Quadros distorceu o quanto quis a linha política dos trabalhistas, surdo aos protestos surgidos em todo o País.

E, de uns tempos a esta parte, dentro de sua nacionalmente conhecida irresponsabilidade, passou a negociar, com outros partidos, uma não encomendada fusão do PTB.

Negociar é palavra exata, porque nos conchavos interditos à própria direção do nosso Partido, estava vendendo os trabalhistas, como Delfim Neto vende o Brasil.

Quando em defesa da identidade ideológica do trabalhismo, a presidente nacional Ivete Vargas desautorou publicamente os conchavos de Jânio Quadros, este, na sua megalomania, não reconheceu a sua condição de mero filiado, sem qualquer cargo de direção e, portanto, sem credenciais para falar em nome do PTB.

O Sr. Jânio Quadros vinha sentindo, desde há muito, a falta de sintonia com a doutrina trabalhista, embora, sem ter lido as respectivas obras, vivesse a citar Harold Laski, Labour Party e Alberto Pasqualini. Leigo na matéria, quis bancar o erudito, e citava freqüentemente um abade e, por último, De Gasperi, figuras da democracia italiana, e nunca trabalhistas. Misturava alhos com bugalhos, como é de seu hábito. Cresceu muito o clima de hostilidade ao Sr. Jânio Quadros, e o único caminho que lhe restou foi o de sair do PTB. Foi um alívio para todos nós. É sempre jubilosa a partida daquele cuja companhia se tornou indesejável.

Não houve efeito maior no Paraná.

Acompanharam o Sr. Jânio Quadros, o ex-Senador João Mattos Leão, o seu assessor, Antônio Carlos Braga e José Carlos Leprevost, casado com uma prima do retirante. Por ter militado permanentemente em partido governista, tendo sido, aliás, presidente da antiga ARENA, o Sr. João Mattos Leão não afinizava com a doutrina trabalhista. Não pode, por essa razão, organizar número apreciável de diretórios. A sua saída não teve, portanto, maiores conseqüências.

Existe na Rua Cândido Lopes, uma central de boatos contra o PTB, que funciona há muito tempo. Ela está agora, em plena atividade, pleiteada por interesses do capitalismo. Partem daí, para a imprensa desprevenida, notícias caluniosas,

distorcidas e fantasiosas. Faremos, no devido tempo, o desmascaramento dessa central de boatos, com a menção de nomes de seus mentores.

Anuncia a clandestina agência aos jornais, bem intencionados na busca de informações que estão abandonando o PTB, o ilustre causídico e prestigioso político, Dr. Carlos Alberto Moro, o emérito professor universitário e autor consagrado de obras jurídicas, Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, o operoso Vereador curitibano, Antônio Marchalek e nós próprios.

No intuito de fazer crer que o PTB está se desmoronando, a clandestina agência de boatos acrescenta nomes de agentes que, por seu passado político pouco recomendável, não foi aceita no PTB, de sorte que essa gente não pode sair de onde não entrou.

Estamos autorizados a desmentir categoricamente a desfiliação dos Srs. Carlos Alberto Moro, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Antônio Marchalek. Declaram eles que ingressaram, conscientemente no PTB, e que não são caudatários do Sr. Jânio Quadros.

Quanto a nós, esta Casa nos conhece muito bem, para saber que jamais abandonaríamos as trincheiras do trabalhismo. A ideologia trabalhista é uma gloriosa herança que recebemos do nosso saudoso pai, o combatido e cassado Deputado Waldemar Daros.

Seríamos indignos da memória dele, se a essa altura traíssemos a causa do PTB. Porque, trair a causa do PTB, seria trair sobretudo a causa das classes trabalhadoras.

No contato diuturno com os dirigentes trabalhistas de todo o Paraná, encontramos, em todos os momentos, a firme disposição de prosseguirem na luta em prol do fortalecimento do PTB. Esta é, também, a disposição da direção nacional, a cuja frente está a figura valorosa e incansável de Ivete Vargas Martins.

Daí, o aviso aos navegantes que ora fazemos: o PTB continua, doa a quem doer.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Adalberto Daros, realmente Vossa Excelência honra na tribuna, nesta tarde — como sempre honrou — a memória de seu saudoso pai.

Vossa Excelência abraçou esta causa sabendo dos percalços, das dificuldades que encontraria e continua com a bandeira do PTB hasteada bem no alto.

O PTB, realmente tem histórias, tem glórias. Acredito que depois da saída de Jânio, a alma de Getúlio Vargas volta a descansar novamente em paz; a alma que estava inquieta com a presença do cidadão nas fileiras petebistas.

Entendo que Jânio deveria ser execrado em praça pública, porque ele fez uma página muito triste na história política nacional.

E agora estive em São Paulo, sexta-feira, na Assembléia Legislativa, e a gente já pode observar em decalque, novo símbolo; não é mais a vassoura, agora é um chicote. Jânio volta com um chicote para chicotear os corruptos. Quer dizer, vai praticar o auto-flagelo.

Muito obrigado, e só podemos desejar grande sucesso para o PTB, em nome pessoal, com toda sinceridade.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Só quero parabenizar-me com Vossa Excelência, porque o PTB não perdeu nada. Jânio que traiu seis milhões de brasileiros, fez mais uma traição, e a tese do Jânio é trair, trair e trair. Quer dizer, não perderam nada, porque esse homem não tinha e nem tem o direito de participar da política, quando deixou o País à beira do abismo, à beira do caos.

O PTB que é representado dignamente por Vossa Excelência, o PTB de tradição, tem que dizer isso aos oportunistas, porque o PTB não pertence à cúpula, pertence ao povo.

Vossa Excelência está de parabéns, em ficar na trincheira da democracia, lutando pelo povo. E Jânio vai ter a resposta, se por acaso tiver a coragem de ser candidato a qualquer coisa.

Esse homem, que já traiu milhões de brasileiros, não tem o direito de vir participar de política, porque ele nos deixou à beira de um caos, de uma revolução.

Meus parabéns a Vossa Excelência por continuar no seu Partido.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço, Sr. Presidente, apenas para concluir...

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

É só uma colocação, Deputado porque Vossa Excelência é realmente uma bandeira no trabalho do Paraná. É um rochedo, tem realmente enfrentado tempestades e tem agüentado firme.

Jânio Quadros provou completamente o contrário; é oportunista, aproveitador, malandro, sem-vergonha, mau caráter, até.

Em pronunciamento anterior, aqui desta tribuna, já afirmei isso, não é original este meu pensamento. Já afirmei desta tribuna, falando quando da visita dele aqui, que veio falar em nome do trabalhista.

Parodiando até ex-Deputado: "Toda a perda é lamentável", aí vão há o que se lamentar, nada se perdeu. Jânio Quadros foi um bem — a saída dele para o PTB. Vossa Excelência está de parabéns, continue com sua bandeira, continue firme e o povo está observando este detalhe.

Quero cumprimentá-lo e dizer que Vossa Excelência tem neste Deputado, um grande amigo.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Vereador Alberto Camargo Pires, do Município de Santo Antônio da Platina.

Em nome do PDS, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois da conferência proferida nesta Casa pelo eminente jornalista Francisco da Cunha Pereira, sobre "Energia a Custo Zero", eu, que não estava bem inteirado sobre o tratado de Itaipu, procurei tomar conhecimento, e indo a Foz do Iguaçu, consegui uma cópia do mesmo.

Pude observar que, neste tratado, a Itaipu se obriga a pagar às altas partes contratantes, Paraguai e Brasil, 48 milhões e 750 mil dólares, que deverão ser pagos mensalmente, a parte do Brasil, através da ELETROBRÁS. Calculado o equivalente a três milhões, 750 mil dólares mensais.

Depois desta observação, apresentei um requerimento na semana passada, fazendo um apelo à nossa bancada federal, de que gestionasse junto ao Governo Federal, no sentido de que devolvesse ao Paraná esses "royalties" que devem ser pagos pela Itaipu; porque o Paraná é o Estado mais onerado, ou diretamente onerado, com o alagamento de nossas melhores terras.

Mas, ao apresentar este requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendia também observar o pronunciamento feito pela Oposição e, dado o espaço de tempo para inscrição no Grande Expediente, não me foi possível.

Mas hoje, fazendo justiça a quem de direito, venho procurar prestar alguns esclarecimentos.

Determinada pessoa é omissa quando não cumpre com as

responsabilidades que lhe são atribuídas. Na semana passada, ouvimos o nobre Líder do PMDB, Deputado Nilton Friedrich, ocupar a tribuna para falar a respeito de um discurso proferido pelo Senador José Richa, no Senado Federal, onde o Governo Estadual é acusado de omissão com relação à construção da Usina de Itaipu.

Infelizmente, hoje somos obrigados a ocupar esta tribuna, para dizer que, tanto o Senador José Richa como o Deputado Nilton, estão mal informados, pois desde o primeiro minuto que se falou em construir Itaipu, o Governo do Estado vem fazendo gestões junto à cúpula federal, para que o Paraná não saia perdendo com o alagamento de suas terras.

Desde o seu início, o Governo Ney Braga tem ponderado junto ao Governo Federal, sobre a criação do Lago de Itaipu, e a esse respeito podemos dizer, inclusive, que a tese levantada pelo diretor da "GAZETA DO POVO", Dr. Francisco da Cunha Pereira, vem se somar às vozes das autoridades paranaenses.

Como a Oposição desconhece, o que nos causa estranheza, uma vez que a posição do Governo Estadual vem sendo difundida há muito pela imprensa, vamos alinhar aqui alguns dos benefícios já concedidos pelo Governador Ney Braga, que vem se tornando um baluarte em defesa dos interesses daqueles que, principalmente, moram nos municípios oestinos a serem atingidos por Itaipu.

Durante o ano passado, por exemplo, graças às gestões do Governo do Estado, o Paraná recebeu 153 milhões de cruzeiros do Governo Federal, que foram empregados no Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná — PRODOPAR. Este programa atinge todos os municípios a serem alagados por Itaipu, além de outros que vão sofrer influência direta do futuro Lago Internacional.

Com esses recursos, foi possível, entre outros projetos, executar os seguintes: plano diretor de Guaíra e plano de preservação ecológica; saneamento em toda esta cidade; controle sanitário de Guaíra, Porto Mendes e Santa Helena; comércio exterior e potencial turístico de Foz do Iguaçu e Região Oeste; reflorestamento ciliar; terminal de transporte, remanejamento do sistema viário de Foz do Iguaçu e pista alternativa da Ponte ds Amizade, além de vários outros.

Ainda no ano passado, os técnicos do Paraná realizaram o estudo da reconstituição da rede viária da área de influência de Itaipu, com o objetivo de recompor a malha rodoviária que ficará submersa pelo reservatório. Essas estradas para conhecimento da Oposição, vão ser custeadas inteiramente pelo Governo Federal e possibilitarão:

- 1) manter a unidade da área municipal;
- 2) preservar o escoamento da produção agrícola aos portos de Guaíra e Foz do Iguaçu e a exportação por Paranaguá, e
- 3) manter o tráfego de longa distância.

Também com recursos conseguidos pelo Governo Estadual, graças às gestões de Ney Braga, será possível a implantação de 195 quilômetros de novas estradas, atendendo a seis municípios, o que representa uma população de 348.000 habitantes.

Ainda do PRODOPAR, cinco milhões serão aplicados nos municípios a serem atingidos por Itaipu, a fim de propiciar-se condições para que se evite o surgimento de pontos críticos de interrupção no tráfego gerado na zona rural.

Todas essas obras, Srs. Deputados, serão construídas com recursos do Governo Federal, oriundos de gestões do Governador Ney Braga e de seu secretariado.

Ainda para conhecimento da Oposição, lembro que no final do ano passado foi realizado em Foz do Iguaçu, o Seminário Sobre o Desenvolvimento do Futuro Lago Internacional do Paraná. A partir daquele encontro, considerando a proximidade do período de formação do reservatório e seus efeitos negativos sobre a região, o Governo Estadual passou a reivindicar do Governo Federal uma programação trienal cujas neces-

sidades financeiras mínimas foram fixadas em Cr\$ 658,8 milhões. Destes recursos, cerca da metade já foram repassados ao Governo do Paraná e estão sendo aplicados nos municípios a serem atingidos por Itaipu.

Finalmente, como desconhecem os nobres companheiros do PMDB, lembro aqui recente entrevista concedida pelo Secretário Véspero Mendes, onde este auxiliar do Governo Ney Braga afirmou que o Governo Federal vai aplicar cerca de cem milhões de dólares nos próximos três anos, na região adjacente ao futuro Lago Internacional. Estes recursos serão aplicados em obras de recomposição dos desequilibrados causados pela Hidrelétrica de Itaipu.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como todos podem observar, não se pode falar de omissão num momento desses. É óbvio que o Paraná deve desejar mais do Governo Federal, mas estas reivindicações devem ser feitas a seu tempo.

Afinal, Itaipu ainda não começou a funcionar e nem mesmo o Lago Internacional está formado.

Ninguém pode ser chamado de omissor quando está brigando dia após dia pelas coisas do Paraná e construindo em prol dos paranaenses.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Agradeço o aparte, nobre Deputado.

De todos esses dados, esses números que Vossa Excelência traz ao conhecimento da Casa, aliás, que também pudesse ler em relatórios nas Secretarias ou seja SANEPAR e tantas outras, são pequenos diante do imperioso que é o prejuízo que traz Itaipu ao Paraná.

E o movimento dos agricultores de Itaipu, pergunto-lhe que são nada menos que quarenta mil pessoas diretamente atingidas que, desde 1977, passaram a se organizar, pedir e solicitar para ficar produzindo no Paraná, e que não encontraram ouvidos de amparo nem por parte do Governo Federal nem por parte do Governo Estadual, a não ser quando recrudescerem suas lutas, a não ser no momento em que se reunirem realmente, começarem a fazer manifestações fortes, ao ponto de querer fechar e trancar a obra de Itaipu, o acesso a Itaipu?

Só então, é que os Governos se deram conta de que o maior prejuízo talvez, é o prejuízo social.

Por isso, lamentamos o fato exatamente no momento exato, em que o Governo do Estado do Paraná poderia dar a maior contribuição, foi aceitando ou seria aceitando a sugestão do próprio ITC, de localizar recursos para comprar uma bolsa agrária, uma área de terras de reserva, para reassentamento desse pessoal.

Inclusive, tem requerimento nosso, nesta Casa, pedindo ao Governo, pelo menos no Orçamento do ano que vem e talvez já seja tarde — localize esses recursos para poder garantir o reassentamento e a produtividade dessas famílias, em terras paranaenses.

Essa, a meu ver, foi talvez a mais flagrante omissão, não só do Governador Ney Braga, mas, desde o tempo de Canet, e do Governo Federal.

Seria esta a minha observação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, o Governo nunca esteve omissor, com referência às indenizações, caberia à Itaipu indenizar aos agricultores que terão suas terras alagadas e Itaipu ainda não começou a funcionar.

É válido — não estou criticando o pronunciamento, em absoluto, do Senador José Richa, com referência a mais reivindicações para o Paraná.

É válido o pronunciamento do Deputado Nelson e de todos nós que vamos fazer, insistindo para que os "royalties" a serem pagos pela Itaipu ao Governo Federal, retornem ao Governo este grande prejuízo, com o alagamento das terras férteis

do nosso Estado.

Só vim para justificar que o Governo do Estado não está e nunca esteve omissor e esteve sempre preocupado com o seu Estado e com o seu povo.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Vejo Vossa Excelência defendendo uma tese certa, onde o Governador Ney Braga, homem que sempre luta pelo bem-estar de sua terra, defendendo o seu povo, sem fazer alarde e nem demagogia.

Apenas um paralelo, Deputado Gilberto Carvalho, este pessoal de Itaipu, aqueles colonos dignos, trabalhadores, homens de mãos calosas, estão tendo o direito de receber o ressarcimento que suas terras não valem, porque veja Vossa Excelência, o preço absurdo e astronômico que está se pagando por terras improdutivas num todo, porque geralmente, nós que somos do mato sabemos, que em cinquenta alqueires de terras sempre tem vinte que são improdutivas.

E, pelo que me consta, vão receber eles uma parcela de dinheiro compensável. Mas, devo dizer que, quando se fala em ITC, se fala em Ney Braga, que é o chefe supremo do pessoal do ITC. Se eles foram a Itaipu foi por ordem do Governador Ney Braga.

Vossa Excelência esplanou um fato que afetou sobremaneira o Paraná e que talvez, no futuro, venha beneficiar o nosso Estado, trazendo divisas para nós. Porque a Hidrelétrica de Itaipu, é uma das maiores do mundo. E se não houvesse o problema da desapropriação, a Oposição arranjaria outro.

Vossa Excelência está de parabéns, defendendo uma tese. Mas, a minha estranheza quanto aos homens da Oposição, é quererem divorciar Ney Braga do ITC. Porque, se aquele pessoal está recebendo, todos os dias, por terras improdutivas, até, porque sabemos que no litoral, o alqueire de terra custa quarenta ou quinze mil cruzeiros, e eles vão receber quinhentos ou seiscentos mil cruzeiros.

Digo isso a Vossa Excelência, me parabenizando, que façam uma triagem e vejam as terras que são aproveitáveis, as terras que são mecanizáveis e as barrocas que lá existem e que estão sendo pagas por Itaipu pelo preço das terras boas.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial destinada a elaborar normas relativas à cobrança e aplicação dos recursos da Taxa Judiciária. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. — Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro município dependendo de lei especial, após a comprovação dos requisitos e observância das formalidades estabelecidas nesta lei. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14/81, (Mens. Govern. n.º 04/81), que aprova o Termo Aditivo de Retificação n.º 1, ao Termo de Alteração Parcial do Convênio n.º 12/76, celebrado entre o Estado do Paraná, e órgãos que especifica, objetivando a execução de projetos e obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do solo urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 1, datado de 23 de outubro de 1980, ao Termo de Alteração Parcial do Convênio 12/76, celebrado em 05 de julho de 1979, entre o Estado do Paraná, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de projetos e obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/81, (Mens. Govern. n.º 06/81), que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 16 de dezembro de 1980, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os municípios adiante mencionados: Cafeara, Campina da Lagoa, Faxinal, Florestópolis, Flórida, Francisco Alves, Guaporema, Inajá, Jussara, Lupionópolis, Maria Helena, Paraíso do Norte, Pérola, Rolândia, Santa Fé, São Jerônimo da Serra, Tamboara, Terra Rica, Uraí, em 29/05/80; Amaporã e Janiópolis, em 16/06/80; Assaí, em 30/06/80, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos Municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 16/81, (Mens. Govern. n.º 20/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui nominados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC,

objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 24 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios adiante mencionados: Araucária, n.º 52/80; Bocaiúva do Sul, n.º 47/80; Campina Grande do Sul, n.º 48/80; Contenda, n.º 49/80; Quatro Barras, n.º 50/80 e São José dos Pinhais, n.º 51/80, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas, nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17/81, (Mens. Govern. n.º 27/81), que aprova os termos de convênios n.ºs 41/80, 42/80, 43/80, 44/80, 45/80, 46/80 dos municípios aqui nominados, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação de órgão que especifica, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 24 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios adiante mencionados: Araucária, n.º 41/80; Bocaiúva do Sul, n.º 42/80; Campo Largo, n.º 43/80; Colombo, n.º 44/80; Contenda, n.º 45/80 e Rio Branco do Sul, 46/80, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando aplicação de recursos em obras públicas nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 20/81, (Mens. Govern. n.º 01/81), que aprova os termos aditivos entre o Governo do Estado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos respectivos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos de convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os municípios adiante mencionados: Colorado, Guairaçu, Iguaçu, Nova Londrina, Nova Olímpia e Porto Rico, em 07/08/79; Alto Piquiri, Atalaia, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá, em 13/08/79, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas

respectivas sedes.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 21/81, (Mens. Govern. n.º 09/81), que aprova os termos aditivos ao Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Guairaçá e Xambrê, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos municípios supra citados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos (2.º), datados de 16 de dezembro de 1.980, aos Convênios celebrados em 7 e 13 de agosto de 1.979, entre o Estado do Paraná e, respectivamente, os Municípios de Guairaçá e Xambrê, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 22/81, (Mens. Govern. n.º 19/81), que aprova o Convênio FNDU n.º 81/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através de órgãos que especifica e o Município de Guaíra, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio FNDU n.º 81/80, celebrado em 28 de novembro de 1.980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, o Ministério do Interior e o Município de Guaíra, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 23/81, (Mens. Govern. n.º 23/81), que aprova convênio FNDU n.º 89/80, celebrado entre o Ministério do Interior, o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a execução de projetos, obras e serviços mencionados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/81.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio FNDU n.º 89/80, celebrado em 05 de dezembro de 1.980, entre o Ministério

do Interior, o Estado do Paraná e os Municípios de Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Antonina e Foz do Iguaçu, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando a execução de projetos, obras e serviços que especifica.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 203/79, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro Ophir Ruy Woitowicz. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 203/79
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro OPHIR RUY WOITOWICZ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 27/81, que declara de utilidade pública a “Creche Mundinho da Criança Tia Nair”, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 27/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “CRECHE MUNDINHO DA CRIANÇA TIA NAIR”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

Antônio Cotrim, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 26/80, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba “Os Bambas do Asfalto”, com sede em Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 26/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA — OS BAMBAS DO ASFALTO, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar

pelo falecimento do Doutor Antônio Paranhos, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Braga Correia, ocorrido em Maringá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Haneine Marcha Haddad, ocorrido em Cornélio Procopio. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela premiação do Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, concedida pelo Instituto dos Advogados do Brasil, pelo seu profícuo trabalho no campo da pesquisa jurídica. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de reconhecimento ao funcionário desta Casa, Doutor Antônio Carlos Itiberê da Cunha, que se aposenta. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S.A e ELETROBRÁS. Apro-

vado.

O Sr. Airton Cordeiro — (Pela ordem) Nós solicitamos verificação de votação e aproveitamos para reiterar o que já disse da tribuna o Deputado Erondy Silvério, de que esta Casa receberá a visita do Secretário Fernando Fontana, a convite da Assembléia, por sugestão da Liderança do PDS, mesmo porque não há “quorum” para votação, mas ainda assim, solicitamos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

6 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 19/80, 80/80, 20/81, 35/81, 39/81, 45/81, 47/81 e 49/81 e de Resolução n.º 59/80.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/79.

Levanta-se a sessão.